



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



### Município de Coronel Martins

**Data de Fundação** – 30/03/1992

**População:** 2.520 habitantes (IBGE - 2012)

**PIB:** 36,27 (em milhões)  
(IBGE - 2010)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	15
4.1. Situação Patrimonial .....	15
4.2. Análise do resultado financeiro .....	16
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	19
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	22
5.1. Saúde .....	22
5.2. Ensino .....	24
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	24
5.2.2. FUNDEB .....	25
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	28
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	28
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	30
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	31
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	32
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	33
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	34
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	37
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	38
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	40
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	40

---

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	42
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	42
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	46
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013 .....	48
CONCLUSÃO .....	49
ANEXO .....	51
APÊNDICE .....	52

<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Coronel Martins</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Dirceu Favretto - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
<b>RELATÓRIO N°</b>	1871/2014

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Coronel Martins, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Coronel Martins, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 28/05/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

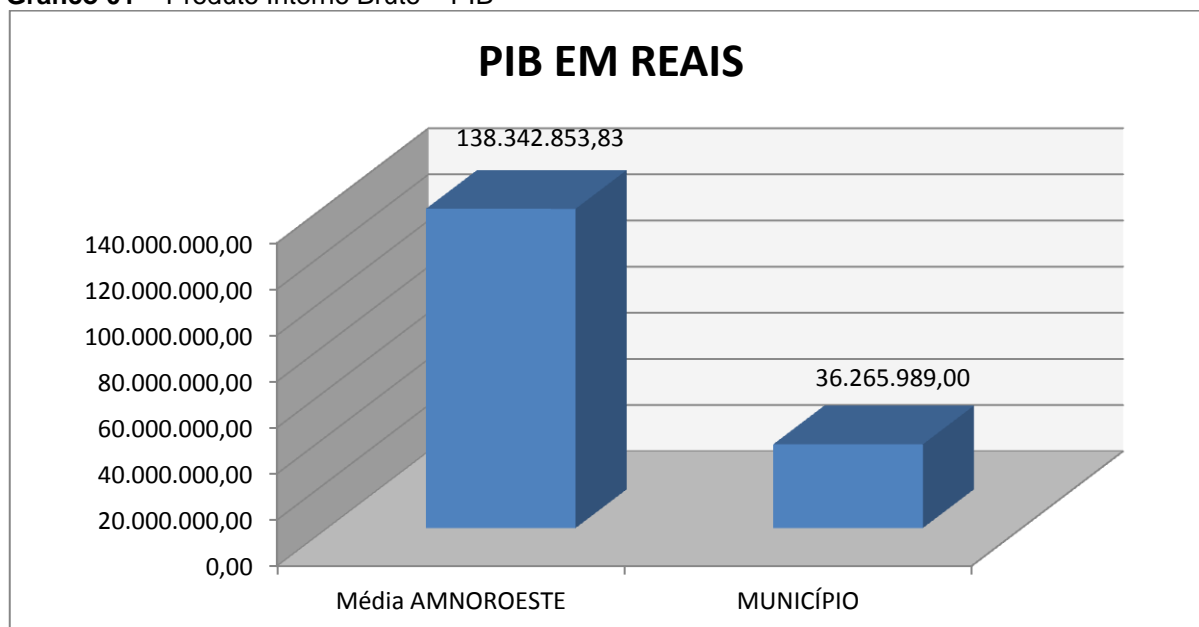
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Antes da chegada dos imigrantes italianos, a região onde hoje se encontra o município de Coronel Freitas foi colonizada, no início da década de 1940, por paranaenses. O nome Martins veio de uma família de Clevelândia, no Paraná, responsável pelos primeiros loteamentos de terras. Na época, chamava-se de “coronel” o patriarca da família, mesmo que não tivesse patente militar. Logo depois chegaram os descendentes de italianos oriundos do Rio Grande do Sul, que ali se estabeleceram para explorar a madeira-de-lei abundante nas matas.

O Município de Coronel Martins tem uma população estimada em 2.520<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,70<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 36.265.989,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 14.718,34, considerando uma população estimada em 2011 de 2.464 habitantes.

**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

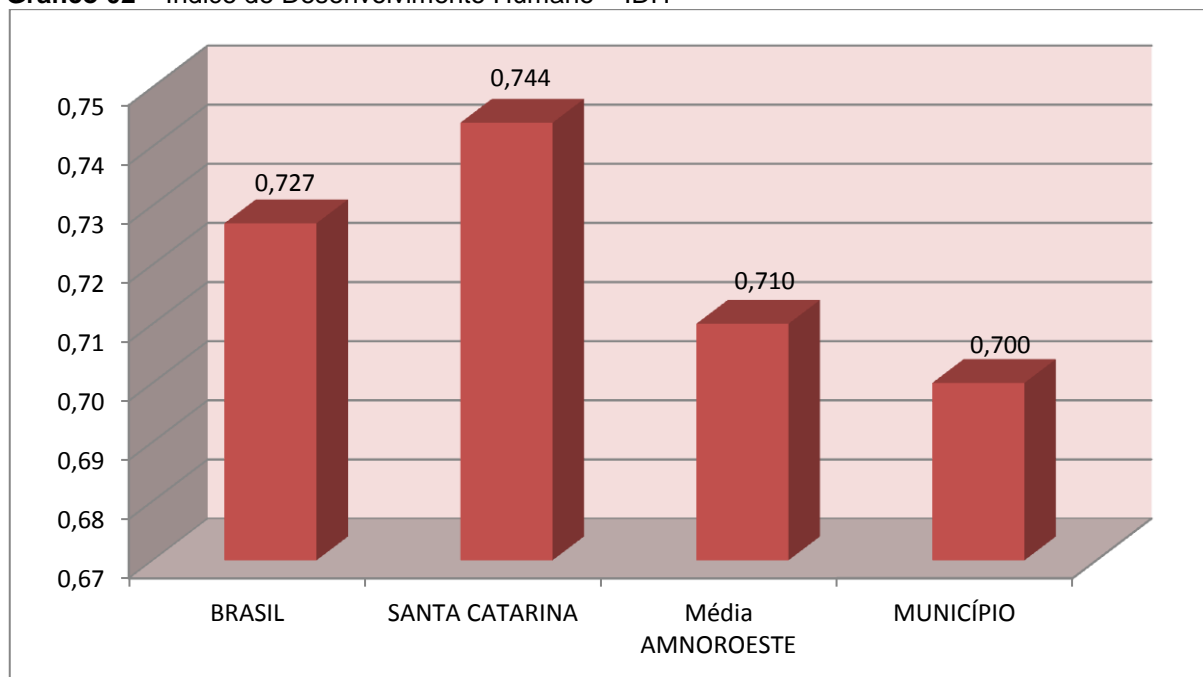
<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Coronel Martins encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02** – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01 – Leis Orçamentárias**

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	9.619.657,00
PPA	510/2009	12/05/2009		
LDO	584/2012	31/05/2012	DESPESA FIXADA	9.619.657,00
LOA	588/2012	30/05/2012		

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 42.007,86**, correspondendo a **0,44%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 42.007,86, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 10.282,56 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 52.290,42.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	9.619.657,00	9.521.218,69	98,98
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	10.323.990,20	9.479.210,83	91,82
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>42.007,86</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Divergência, no valor de **R\$ 21,74**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 42.029,60) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 42.007,86).

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Coronel Martins nos últimos 5 anos:

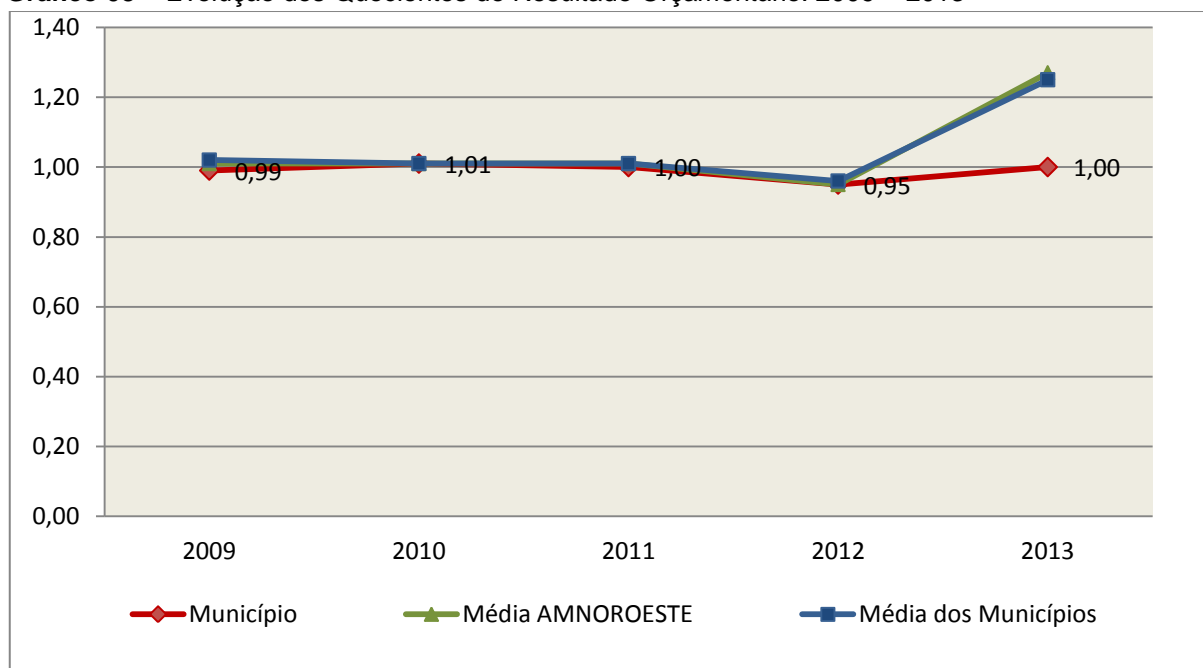
**Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2009-2013**

ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	7.150.784,15	7.634.086,70	8.673.101,47	9.222.258,64	9.521.218,69
2	Despesa executada	7.243.425,33	7.563.396,77	8.695.335,83	9.747.221,26	9.479.210,83
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,99	1,01	1,00	0,95	1,00

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 9.521.218,69**, equivalendo a **98,98%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

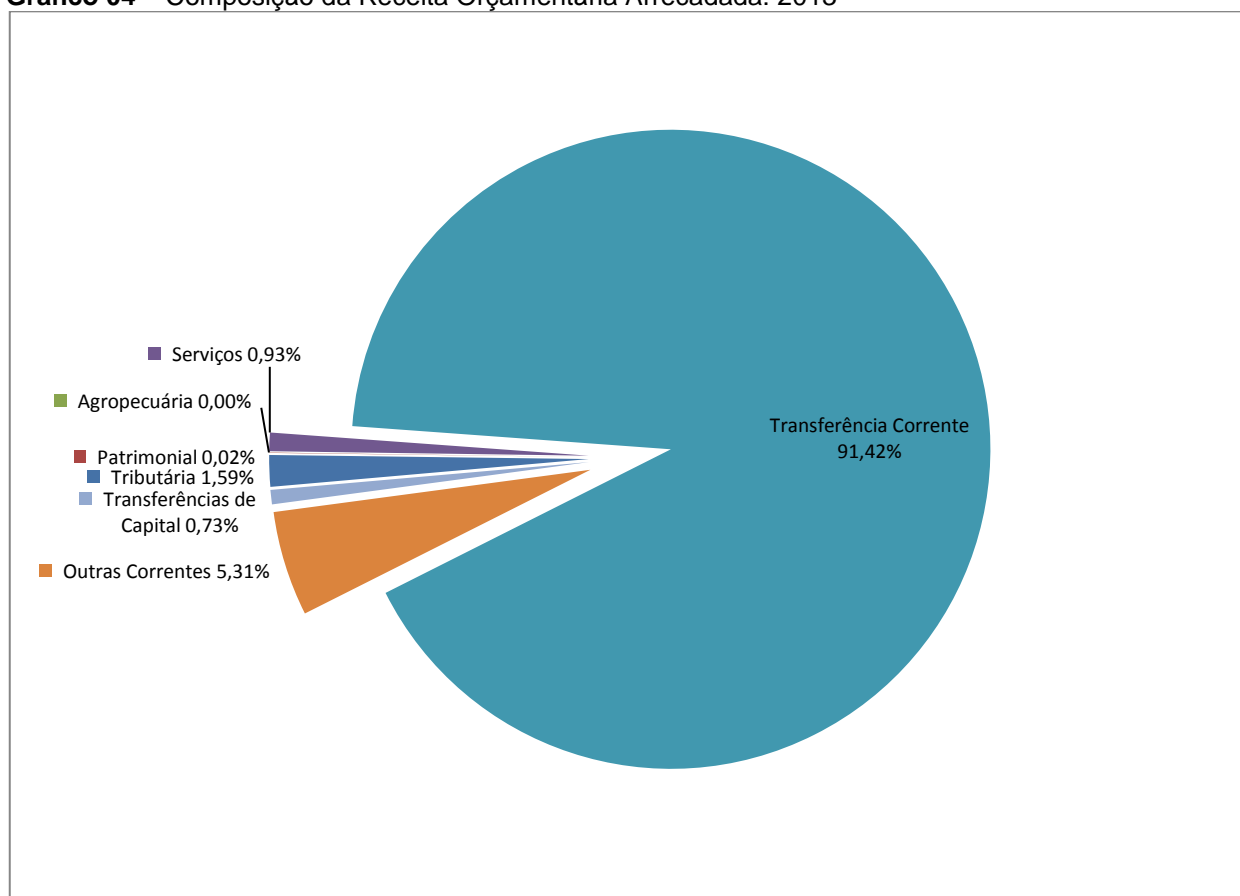


**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	247.100,00	151.634,23	61,37
Receita de Contribuições	18.000,00	-	-
Receita Patrimonial	69.048,00	1.657,20	2,40
Receita Agropecuária	61.000,00	161,00	0,26
Receita de Serviços	82.662,00	88.923,73	107,58
Transferências Correntes	9.027.184,00	8.704.439,41	96,42
Outras Receitas Correntes	114.654,00	505.303,12	440,72
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>9.619.648,00</b>	<b>9.452.118,69</b>	<b>98,26</b>
Transferências de Capital	9,00	69.100,00	767.777,78
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>9,00</b>	<b>69.100,00</b>	<b>767.777,78</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>9.619.657,00</b>	<b>9.521.218,69</b>	<b>98,98</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013

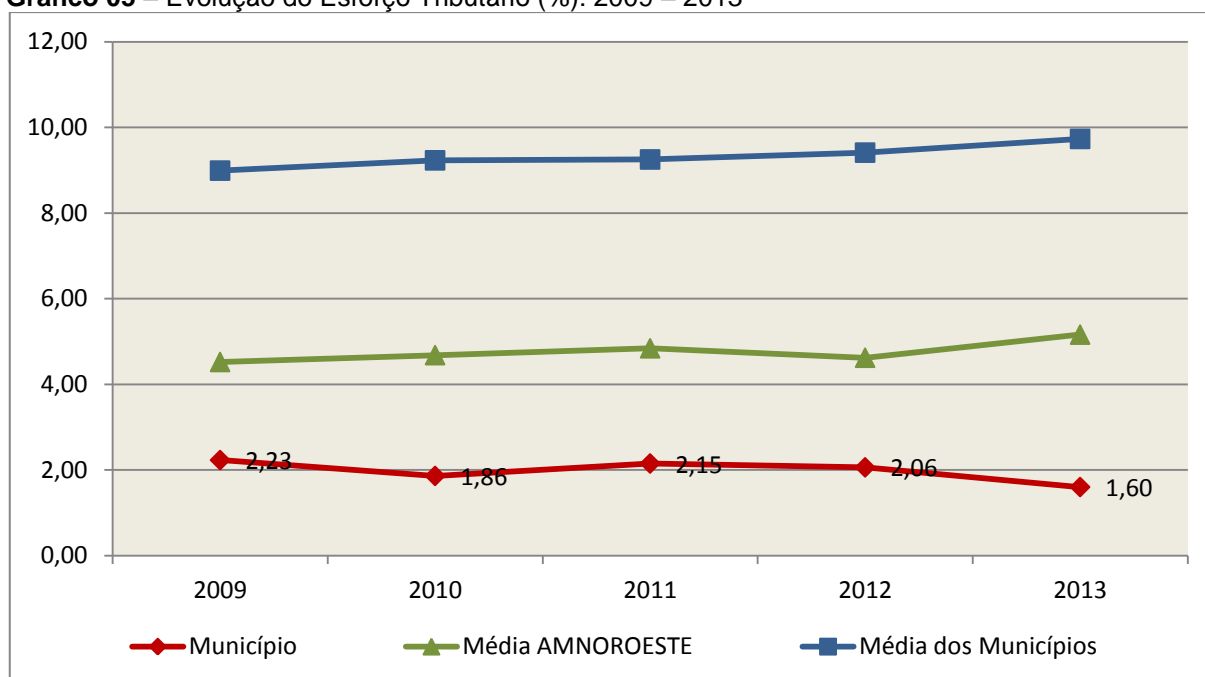


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **91,42%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

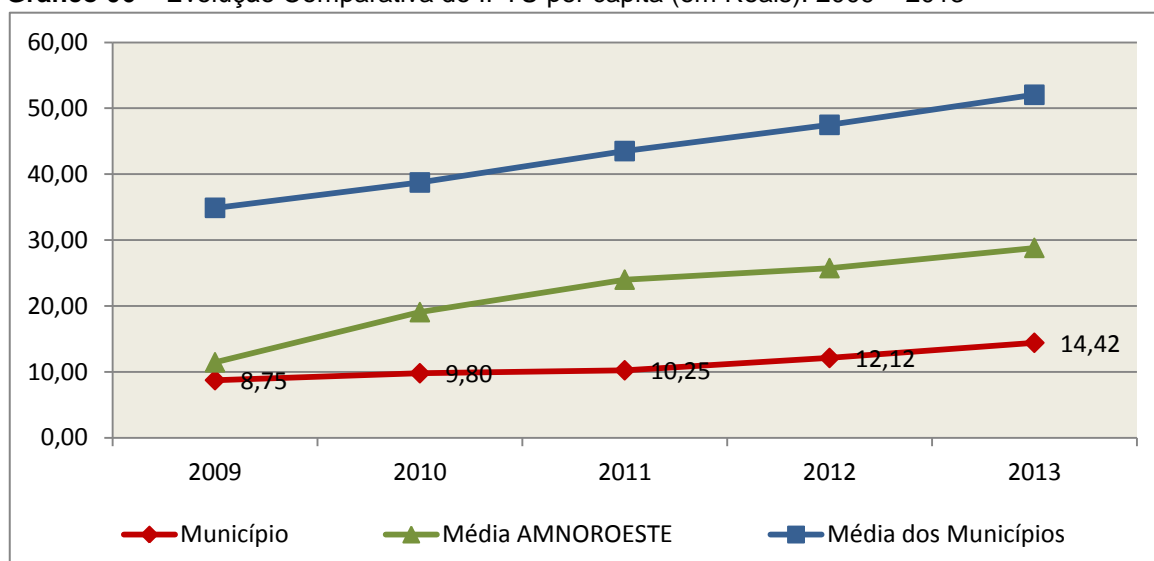


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

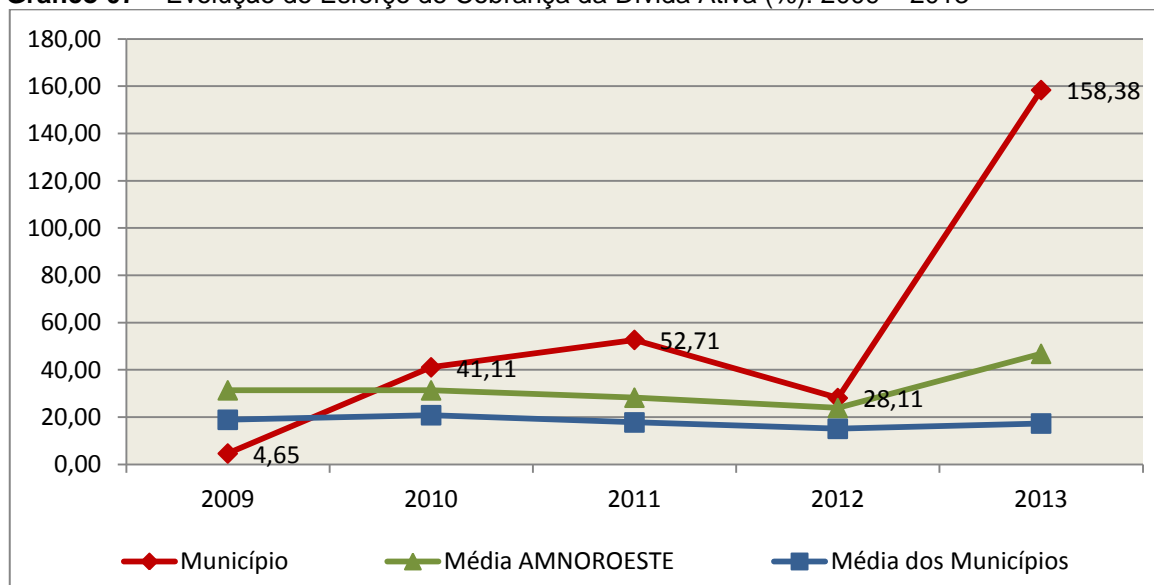
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
17.402,88	217.766,22	22.806,42	0,00	27.563,33	96,08	230.316,11

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

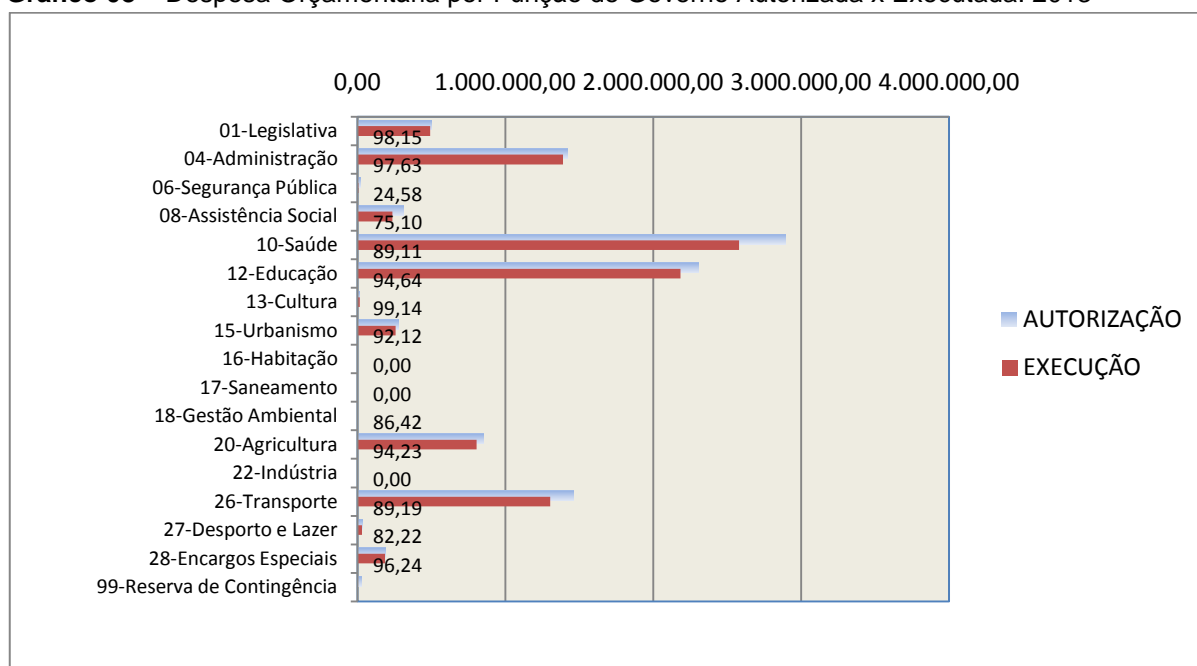
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	500.000,00	490.749,19	98,15
04-Administração	1.421.863,28	1.388.099,43	97,63
06-Segurança Pública	19.921,20	4.896,01	24,58
08-Assistência Social	313.000,00	235.065,44	75,10
10-Saúde	2.895.160,45	2.579.860,38	89,11
12-Educação	2.306.831,95	2.183.230,09	94,64
13-Cultura	15.000,00	14.870,76	99,14
15-Urbanismo	279.928,80	257.859,75	92,12
16-Habitação	1,00	-	-
17-Saneamento	1,00	-	-
18-Gestão Ambiental	2.000,00	1.728,45	86,42
20-Agricultura	854.275,00	805.024,90	94,23
22-Indústria	1,00	-	-
26-Transporte	1.460.966,52	1.303.046,03	89,19
27-Desporto e Lazer	36.000,00	29.600,84	82,22
28-Encargos Especiais	192.420,00	185.179,56	96,24
99-Reserva de Contingência	26.620,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>10.323.990,20</b>	<b>9.479.210,83</b>	<b>91,82</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013**



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	331.160,67	373.796,21	408.902,75	432.000,00	490.749,19
04-Administração	940.448,06	1.090.259,69	1.293.601,61	1.328.905,40	1.388.099,43
06-Segurança Pública	2.948,40	4.220,09	3.512,53	8.159,80	4.896,01
08-Assistência Social	114.718,48	115.395,40	197.756,69	215.763,61	235.065,44
10-Saúde	1.561.859,58	1.724.835,30	1.917.496,77	2.416.341,85	2.579.860,38
12-Educação	1.172.151,09	1.589.129,38	1.675.372,60	2.007.315,63	2.183.230,09
13-Cultura	80.938,50	17.070,00	98.350,00	34.400,00	14.870,76
15-Urbanismo	953.983,09	89.161,22	546.511,51	386.855,63	257.859,75
16-Habituação	-	-	-	4.976,00	-
17-Saneamento	-	32.176,24	-	-	-
18-Gestão Ambiental	3.382,20	1.500,00	382,43	-	1.728,45
20-Agricultura	795.820,73	958.593,13	943.301,55	660.617,31	805.024,90
22-Indústria	75.991,98	135.000,00	52.702,52	9.320,00	-
23-Comércio e Serviços	-	3.765,06	-	-	-
26-Transporte	896.477,64	952.420,33	1.279.822,25	2.005.728,02	1.303.046,03
27-Desporto e Lazer	40.925,88	35.945,37	52.863,10	58.643,82	29.600,84

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
28-Encargos Especiais	272.619,03	440.129,35	224.759,52	178.194,19	185.179,56
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>7.243.425,33</b>	<b>7.563.396,77</b>	<b>8.695.335,83</b>	<b>9.747.221,26</b>	<b>9.479.210,83</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	36.331,60	0,42
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	40.069,94	0,46
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	41.273,68	0,47
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	23.400,70	0,27
Cota do ICMS	2.910.217,53	33,39
Cota-Parte do IPVA	107.288,07	1,23
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	36.363,97	0,42
Cota-Parte do FPM	5.501.737,71	63,12
Cota do ITR	4.100,67	0,05
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	12.415,69	0,14
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	2.432,62	0,03
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.040,61	0,01
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>8.716.672,79</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	11.116.074,53
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.663.955,84
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>9.452.118,69</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Coronel Martins (em Reais): 2012 – 2013

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Financeiro</b>	<b>231.335,59</b>	<b>299.859,77</b>	<b>Financeiro</b>	<b>296.328,18</b>	<b>322.822,76</b>
<b>Disponível</b>	<b>231.335,59</b>	<b>298.352,49</b>	<b>Depósitos</b>	<b>18.006,89</b>	<b>22.388,64</b>
Bancos Conta Movimento	77.494,49	116.708,39	Consignações	16.601,99	22.388,64
Bancos Conta Vinculada	153.841,10	181.644,10	Depósitos de Diversas Origens	1.404,90	-
<b>Realizável</b>	<b>-</b>	<b>1.507,28</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>278.321,29</b>	<b>300.434,12</b>
Créditos a Receber	-	1.507,28	Obrigações a Pagar	278.321,29	300.434,12
<b>Permanente</b>	<b>9.179.812,91</b>	<b>10.195.442,27</b>	<b>Permanente</b>	<b>94.609,47</b>	<b>83.698,83</b>
<b>Créditos</b>	<b>209.996,42</b>	<b>-</b>	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>94.609,47</b>	<b>83.698,83</b>
Créditos a Receber	209.996,42	-	Obrigações a Pagar	94.609,47	83.698,83
<b>Dívida Ativa</b>	<b>17.402,88</b>	<b>230.316,11</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	3.000,00	7.844,83	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos em processo de Inscrição Dívida Ativa	0,00	209.996,42			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	14.402,88	12.474,86			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>18.507,35</b>	<b>246.287,35</b>			
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	18.507,35	246.287,35			
<b>Imobilizado</b>	<b>8.933.906,26</b>	<b>9.718.838,81</b>			
Bens Móveis e Imóveis	8.933.906,26	9.718.838,81			

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
Bens Imóveis	4.396.007,93	4.690.509,78			
Bens Móveis	4.537.898,33	5.028.329,03			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>9.411.148,50</b>	<b>10.495.302,04</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>390.937,65</b>	<b>406.521,59</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>9.020.210,85</b>	<b>10.088.780,45</b>
			Ativo Real Líquido	9.020.210,85	10.088.780,45
<b>TOTAL</b>	<b>9.411.148,50</b>	<b>10.495.302,04</b>	<b>TOTAL</b>	<b>9.411.148,50</b>	<b>10.495.302,04</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e Notas Explicativas.

Obs.: Com relação à divergência entre o resultado patrimonial apurada através do Anexo 15 e aquele obtido através do Anexo 14, vide restrição anotada no item 8.1.2 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: A divergência, no valor de R\$ 2.700,88, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 231.335,59) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 228.634,71), está anotada no item 8.1.3 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 22.962,99** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,08** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 42.029,60** passando de um Déficit de **R\$ 64.992,59** para um Déficit de **R\$ 22.962,99**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 106.975,85**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	231.335,59	299.859,77	68.524,18
Passivo Financeiro	296.328,18	322.822,76	26.494,58
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>-64.992,59</b>	<b>-22.962,99</b>	<b>42.029,60</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.



Obs.: Divergência no valor de R\$ 21,74, entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Concedidas, evidenciadas no Balanço Financeiro.

Obs.: Vide restrição anotada no item 8.1.1 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Coronel Martins, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11- A** – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em Reais).

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>Superávit / Déficit</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	565,86	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 0,00	8.222,02	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 8.222,02		
22 - Transferências de Convênios - Educação	5,26	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	214,30	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	0,00	Superávit
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	-0,01	Déficit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	-606,21	Déficit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	-3.256,08	Déficit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	46.524,27	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	0,00	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	Superávit
58 - Salário Educação	5.515,40	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.098,95	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2.489,11	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	-227.780,00	Déficit
63 - Bolsa Família	-5.113,80	Déficit
64 - Atenção Básica	77.225,56	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	596,99	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	16.748,09	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	5.997,53	Superávit
70 - Gestão SUS	0,00	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	769,38	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-236.756,10</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	50.160,19	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-6.452,68	

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	112,88	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>43.820,39</b>	<b>Superávit</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Coronel Martins foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013**

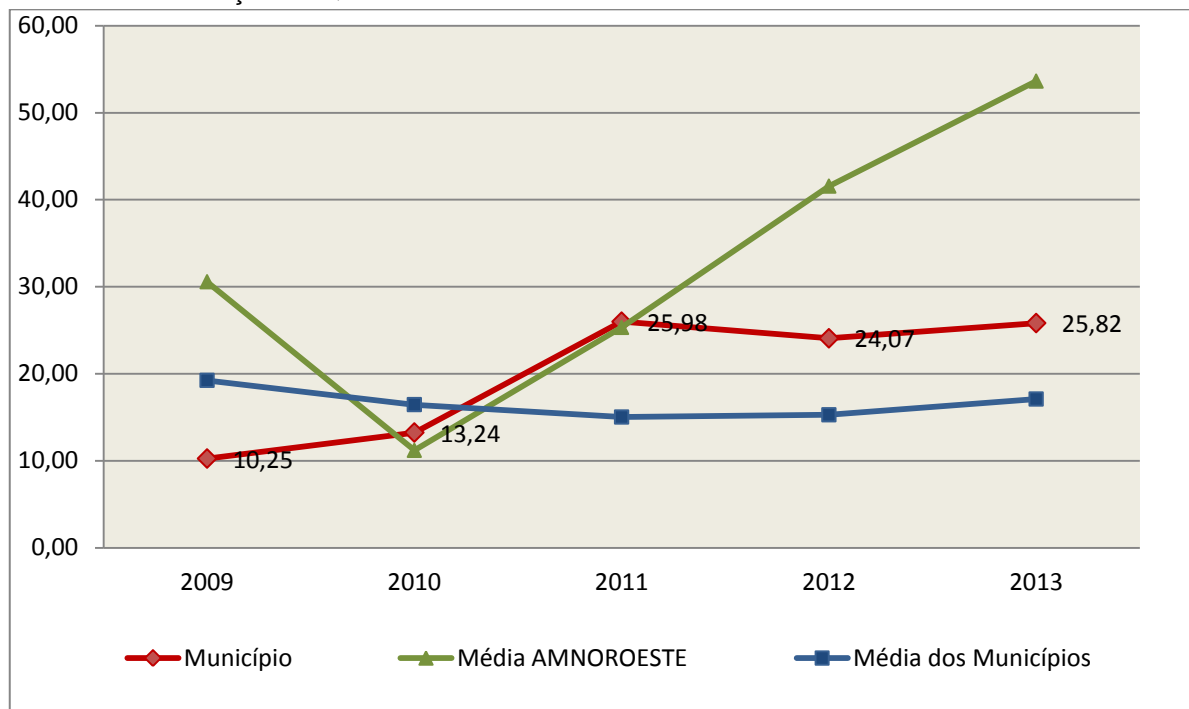
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	7.243.425,33	7.563.396,77	8.695.335,83	9.747.221,26	9.479.210,83
2 Restos a Pagar	249.074,99	362.748,25	200.026,61	278.321,29	300.434,12
3 Ativo Financeiro Ajustado	664.582,15	841.902,96	677.189,03	231.335,59	299.859,77
4 Passivo Financeiro Ajustado	266.242,68	363.411,34	220.271,62	296.328,18	322.822,76
5 Ativo Real	6.889.058,87	7.682.079,46	8.463.946,91	9.411.148,50	10.495.302,04
6 Passivo Real	672.380,18	580.169,97	325.791,73	390.937,65	406.521,59
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	10,25	13,24	25,98	24,07	25,82
Situação Financeira (3÷4)	2,50	2,32	3,07	0,78	0,93
Restos a Pagar (2÷1)*100	3,44	4,80	2,30	2,86	3,17

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



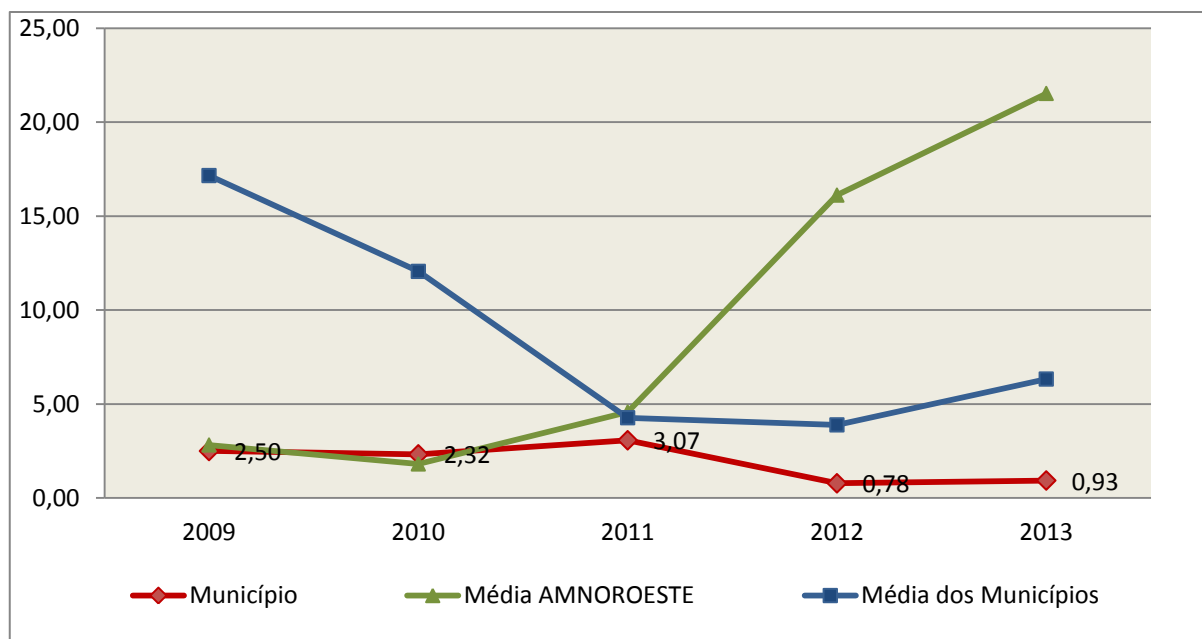
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **25,82** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

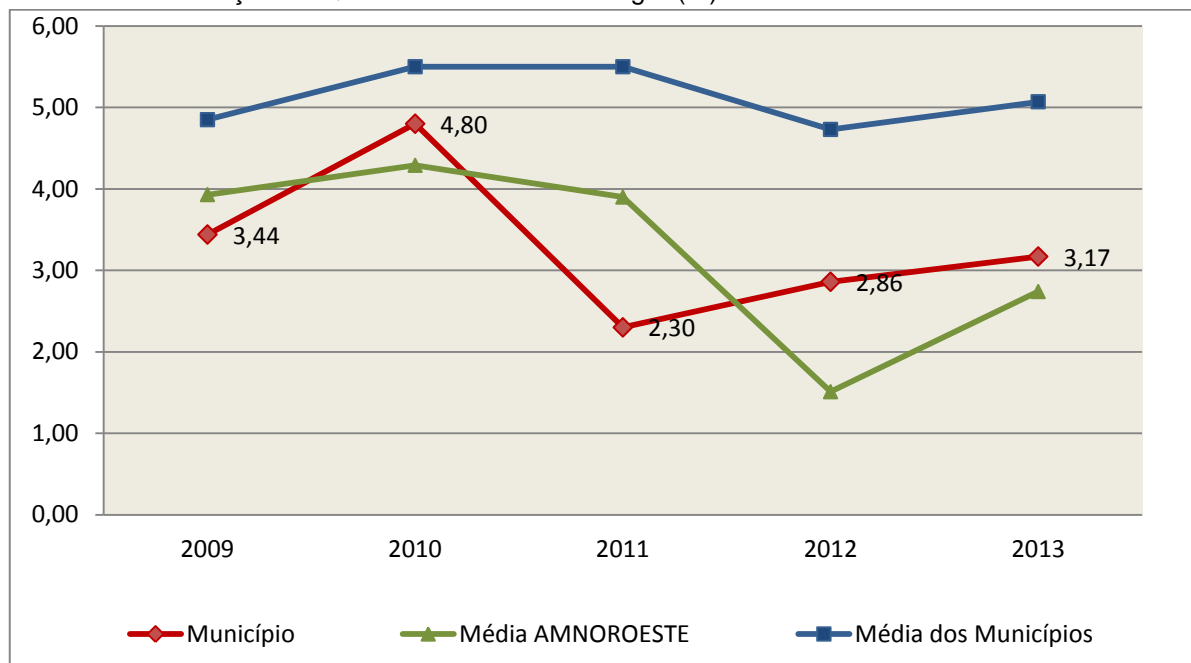
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **0,93** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Coronel Martins é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,17%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.556.383,78** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **17,86%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 248.882,86**, representando **2,86%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

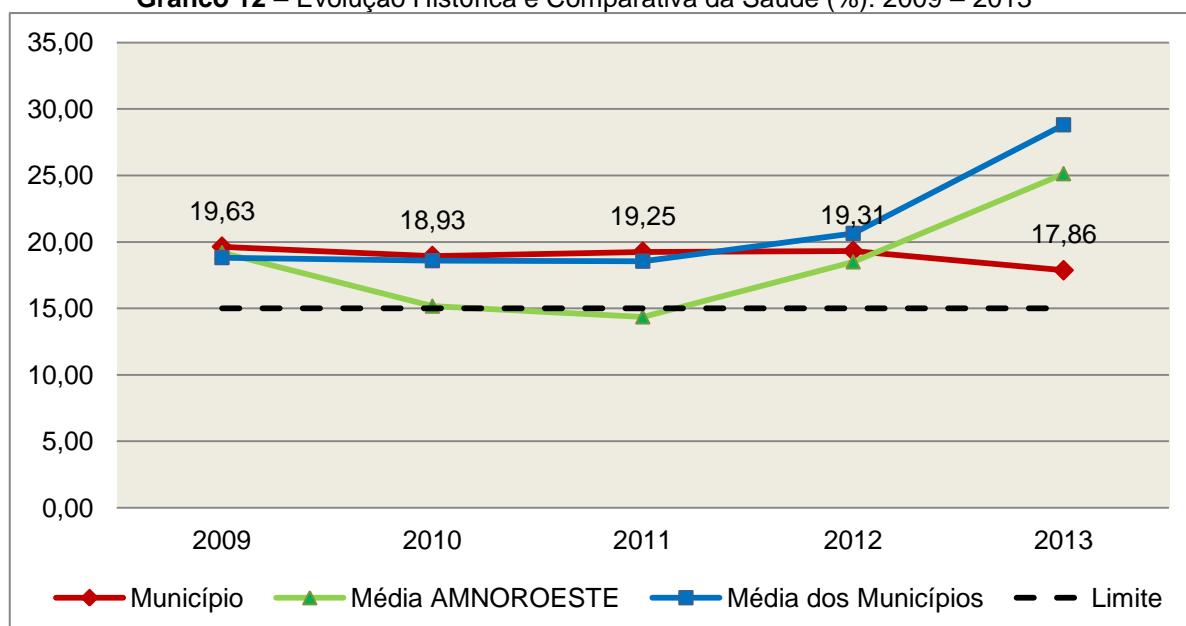
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>8.716.672,79</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.489.575,63	28,56
Atenção Básica	2.471.045,28	28,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.000,00	0,14
Vigilância Sanitária	3.979,33	0,05
Vigilância Epidemiológica	2.551,02	0,03
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	933.191,85	10,71
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>1.556.383,78</b>	<b>17,86</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.307.500,92	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>248.882,86</b>	<b>2,86</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Coronel Martins em 2013 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.542.484,30** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,17%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 363.316,10**, representando **4,17%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>8.716.672,79</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>276.583,50</b>	<b>3,17</b>
Educação Infantil	276.583,50	3,17
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>1.906.646,59</b>	<b>21,87</b>
Ensino Fundamental	1.906.646,59	21,87
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	566.775,33	6,50
(+) Perda com FUNDEB	926.029,54	10,62
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>2.542.484,30</b>	<b>29,17</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.179.168,20	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>363.316,10</b>	<b>4,17</b>

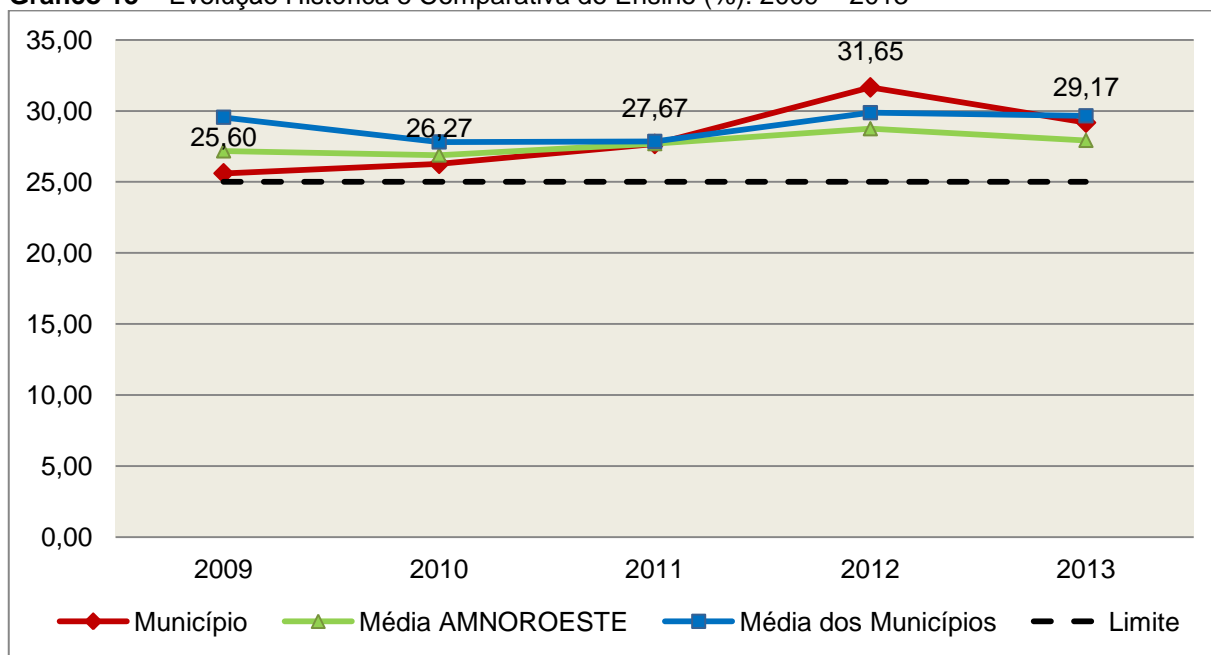
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:



**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Coronel Martins em 2013 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 670.213,72**, equivalendo a **90,82%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

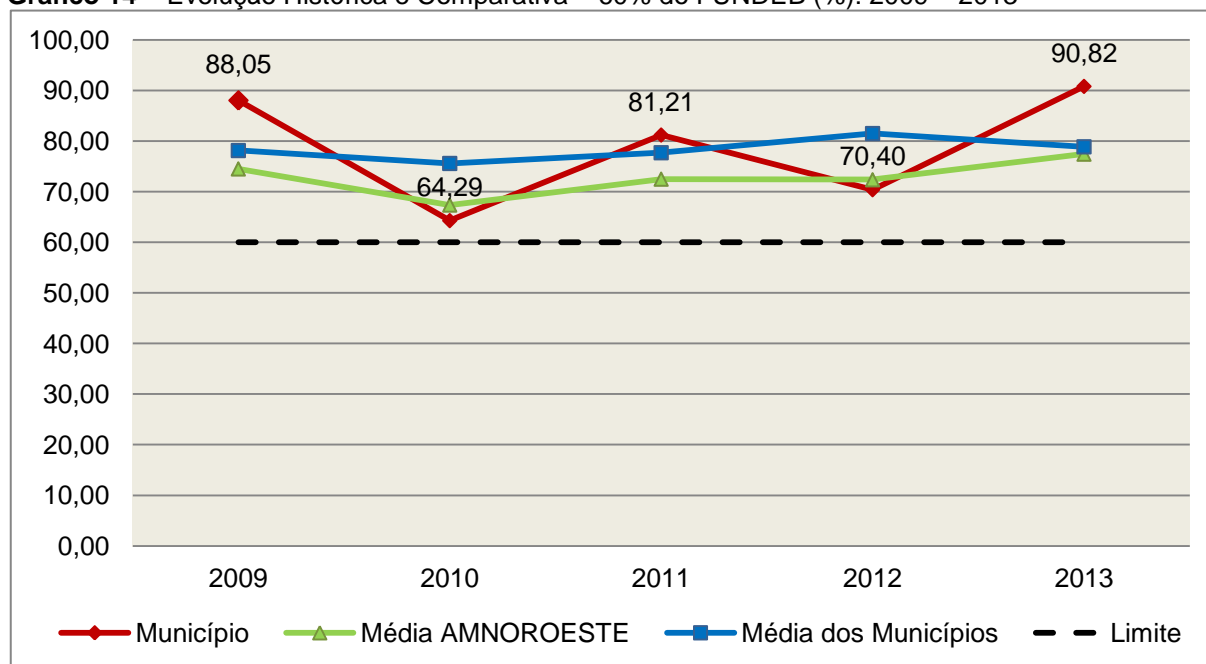
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	737.926,30

<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>737.926,30</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	442.755,78
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	670.213,72
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>227.457,94</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 729.328,04**, equivalendo a **98,83%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

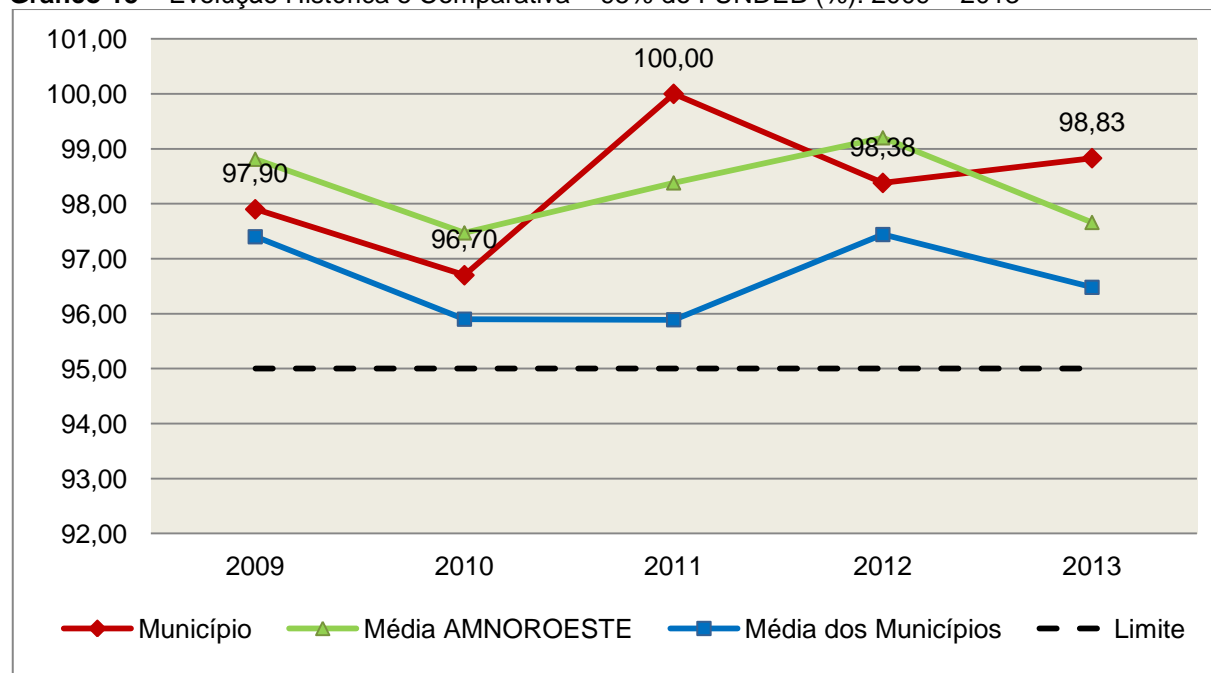
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>737.926,30</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	701.029,99
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	729.328,04
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>28.298,05</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Coronel Martins ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 710,53, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	8.598,26
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	376,24
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>8.222,02</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>9.452.118,69</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.671.271,21	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>3.854.510,77</b>	<b>40,78</b>
Pessoal e Encargos	3.854.510,77	40,78
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>338.750,66</b>	<b>3,58</b>
Pessoal e Encargos	338.750,66	3,58

<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>4.062,00</b>	<b>0,04</b>
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>4.189.199,43</b>	<b>44,32</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.482.071,78	15,68

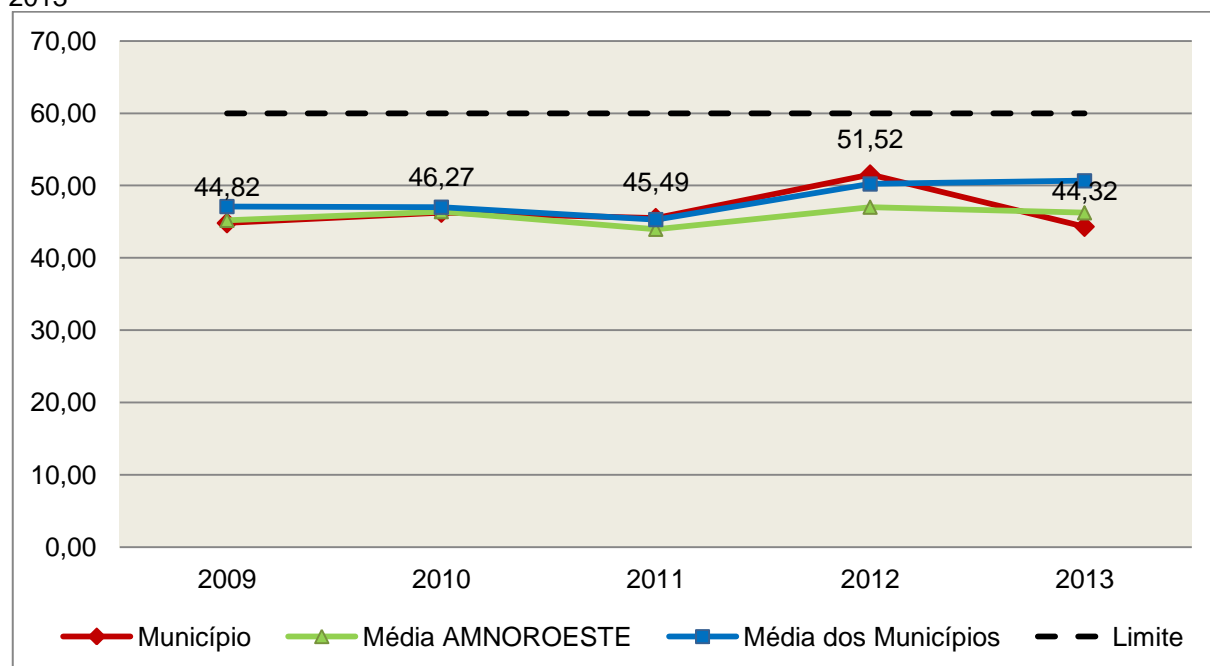
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **44,32%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Coronel Martins, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>9.452.118,69</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.104.144,09	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.854.510,77	40,78
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	4.062,00	0,04
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>3.850.448,77</b>	<b>40,74</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.253.695,32	13,26

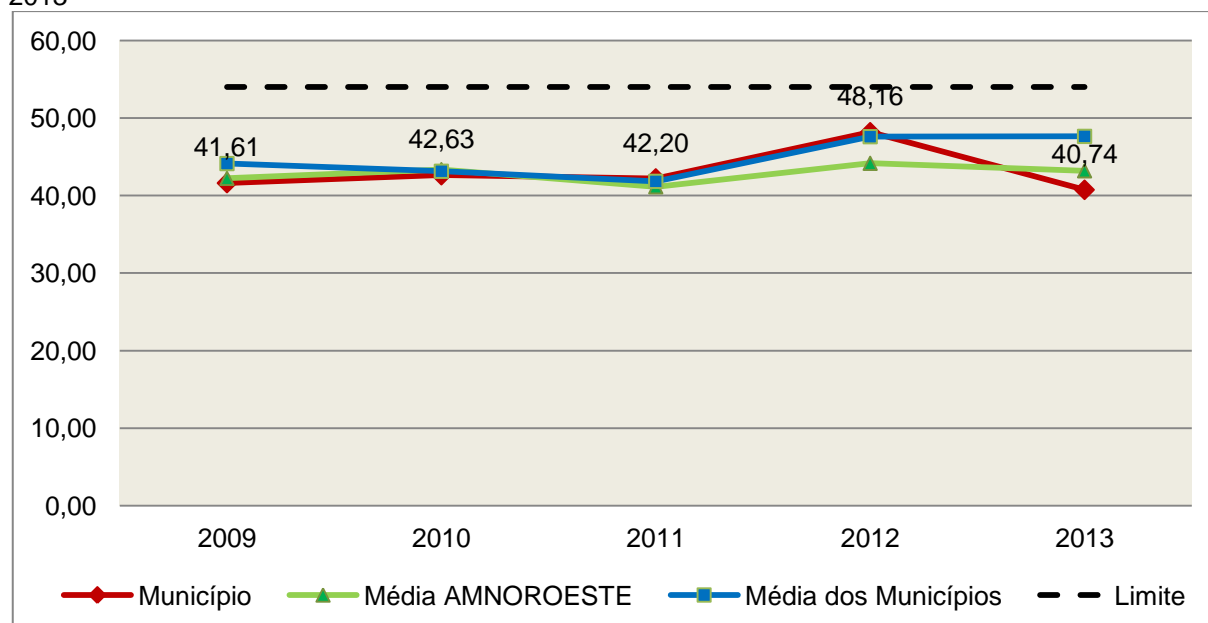
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **40,74%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

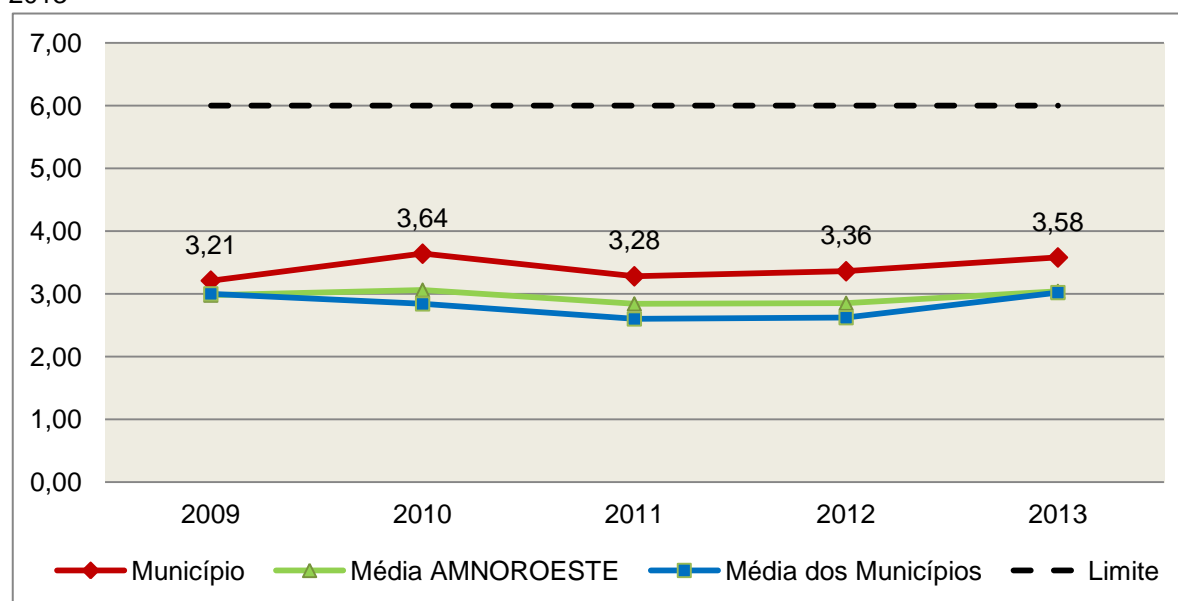
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>9.452.118,69</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	567.127,12	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	338.750,66	3,58
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>338.750,66</b>	<b>3,58</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	228.376,46	2,42

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,58%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.



## 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Coronel Martins**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas (fl. 102).

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do

processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo

informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Coronel Martins**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas (fls. 139/141).

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Coronel Martins**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (fls. 145/146).

### **6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Coronel Martins, constatou-se que o mesmo não possui, nem mesmo como uma Unidade Orçamentária dentro de um Órgão, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não atendendo o previsto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 8.069/90:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; (grifo nosso)

Contudo, verificou-se que foram realizadas despesas por meio da Prefeitura Municipal (Projeto/Atividade: 2/52 – Manutenção Funcional do FIA, no valor de R\$ 56.547,75 (fl. 61).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 103 a 138, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 116 a 118;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;



4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares no valor de R\$ 56.547,75 foi paga com recursos do referido Projeto/Atividade, conforme fls. 156/157.

#### 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Coronel Martins**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas (fls. 150/152).

#### 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e



Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar

as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Coronel Martins**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas (fls. 142/143).

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Coronel Martins**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas (fl. 149).

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar n.º 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar n.º 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000 alterado pela Lei Complementar n.º 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar n° 101/2000 incluído pela Lei Complementar n° 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar n° 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar n° 101/2000 alterado pela Lei Complementar n° 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal n° 7.185/2010, que em seu artigo 1° assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
  - b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
  - c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
  - d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
  - e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
  - f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;
  - b) lançamento, quando for o caso; e
  - c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Coronel Martins**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>DESCUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>
<b>DESPESA</b>

(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 12/12/2013 (fl. 159).

Obs. Vide restrição anotada no item 8.1.5 - Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 22.962,99**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **0,24%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 9.521.218,69**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2 deste Relatório).
- 8.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 311.459,30**, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 757.110,30) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 10.088.780,45), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 9.020.210,85), em afronta aos artigos 104 e 105 da Lei nº 4.320/64. (Quadro 10 e fls. 83/87 dos autos).
- 8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 2.700,88**, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 231.335,59) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 228.634,71), em desacordo com o artigo 103 da Lei nº 4.320/64 (item 4.1, Quadro 10 e fl. 81).
- 8.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

### Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 42.007,86
3) Resultado Financeiro	Déficit	R\$ 22.962,99
4) LIMITES	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
4.1) Saúde	15,00%	17,86%
4.2) Ensino	25,00%	29,17%
4.3) FUNDEB	60,00%	90,82%
	95,00%	98,83%
4.4) Despesas com pessoal	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
a) Município	60,00%	44,32%
b) Poder Executivo	54,00%	40,74%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,58%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	<b>DESCUMPRIU</b>	



## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Coronel Martins**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **8.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade mencionada no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 02/06/2014.

MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS  
SCHRAMM  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 02/06/2014.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Inspetoria 3**

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Luiz Claudio Viana  
**Diretor em Exercício**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	651.192,81
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.454,22
Despesas com inativos e Pensionistas (Fonte de Recursos: 02)	41.795,42
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Consórcio de Saúde – fls. 153/154)	238.749,40
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>933.191,85</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	2.799,97
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	3.211,50
Despesas com Inativos da Educação Infantil (Fonte de Recursos: 01)	65.034,38
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	435.077,36
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	43.087,90
Despesas com Inativos do Ensino Fundamental (Fonte de Recursos: 01)	17.564,22
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>566.775,33</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	4.062,00
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>4.062,00</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>4.062,00</b>

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	100.000,00	100.000,00	100.000,00
64 - Atenção Básica	2013	301	514.371,48	514.371,48	514.371,48
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	302	12.000,00	12.000,00	12.000,00
66 - Vigilância em Saúde	2013	304	3.979,33	3.979,33	3.979,33
66 - Vigilância em Saúde	2013	305	2.551,02	2.551,02	2.551,02
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	18.290,98	18.290,98	18.290,98
<b>TOTAL</b>			<b>651.192,81</b>	<b>651.192,81</b>	<b>651.192,81</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal da Saúde de Coronel Martins	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	286	28/05/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA.	28,92	28,92	28,92	PELA DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Fundo Municipal da Saúde de Coronel Martins	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	314	28/05/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA.	15,93	15,93	15,93	PELA DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PARA UTILIZACAO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Fundo Municipal da Saúde de Coronel Martins	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	77	01/03/2013	Departamento Estadual de Infra-Estrutura - RA - De	574,61	574,61	574,61	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE PAGAMENTO DE MULTA DE INFRAÇÃO DE TRANSITO DEINFRA Nº.008779-8779186936-7471, OCORRIDA NO MUNICIPIO DE GALVÃO NO DIA 30/06/2012 ÀS 09:41 DO VEÍCULO VW-GOL POWER, PLACAS MEO-1238, CONDUZIDO PELO SERVIDOR SR. GILMAR BELATTO, PARA RESSARCIMENTO EM FOLHA DE PAGAMENTO EM 03 PARCELAS CONFORME TERMO DE ACORDO FIRMADO EM ANEXO.
Fundo Municipal da Saúde de Coronel	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos:	301	90	15/03/2013	M.V Panassolo Supermercado - ME	405,19	405,19	405,19	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO À UNIDADE DE SAÚDE DO CENTRO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Martins	Saúde								
Fundo Municipal da Saúde de Coronel Martins	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	303	28/05/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA.	85,88	85,88	85,88	PELA DESPESA EMPENHADA PARAZ AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA UTILIZACAO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Fundo Municipal da Saúde de Coronel Martins	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	675	25/09/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA.	216,00	216,00	216,00	PELA DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PARA UTILIZAÇÃO NAS REUNIOES DO GRUPO DE SAUDE MENTAL.
Fundo Municipal da Saúde de Coronel Martins	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	710	21/10/2013	Departamento Estadual de Infra-Estrutura - RA - De	127,69	127,69	127,69	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AO PAGAMENTO DE MULTA RELACIONADA AO VEICULO CELTA PLACAS MFX 4987, NO QUAL FOI DESCONTADO DA SERVIDOR SR. GILMAR BELATTO EM FOLHA SALARIAL, CFE DECRETO Nº52/13.
<b>TOTAL</b>						<b>1.454,22</b>	<b>1.454,22</b>	<b>1.454,22</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	365	2.799,97	2.799,97	2.799,97
<b>TOTAIS</b>			<b>2.799,97</b>	<b>2.799,97</b>	<b>2.799,97</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	284	13/03/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	1.321,61	1.321,61	1.321,61	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e Transf de	365	1303	16/09/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	42,98	42,98	42,98	PELA DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE MASSAS E DEMAIS ALIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Coronel Martins	Impostos: Educação								JUNTO A CRECHE MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	153	20/02/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	621,15	621,15	621,15	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	448	08/04/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	445,02	445,02	445,02	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	558	29/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	780,74	780,74	780,74	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
<b>TOTAL</b>						<b>3.211,50</b>	<b>3.211,50</b>	<b>3.211,50</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	101.308,50	101.308,50	101.308,50
58 - Salário Educação	2013	361	67.729,31	67.729,31	67.729,31
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	38.259,55	38.259,55	38.259,55
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2013	361	227.780,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>435.077,36</b>	<b>207.297,36</b>	<b>207.297,36</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	151	20/02/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	109,57	109,57	109,57	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	154	20/02/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	813,86	813,86	813,86	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	210	26/02/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	30,75	30,75	30,75	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	211	26/02/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	311,43	311,43	311,43	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	241	01/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	158,65	158,65	158,65	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	245	01/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	464,48	464,48	464,48	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	282	13/03/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	2.043,93	2.043,93	2.043,93	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	351	21/03/2013	ANTONIO GILMAR GRACIOLLI - ME	540,00	540,00	540,00	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	447	08/04/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	60,47	60,47	60,47	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	452	08/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	2.487,73	2.487,73	2.487,73	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	454	08/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	616,87	616,87	616,87	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	506	16/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	352,81	352,81	352,81	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura	01 - Receitas de	361	509	16/04/2013	SUPERMERCADO	2.071,43	2.071,43	2.071,43	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Coronel Martins	Impostos e Transf de Impostos: Educação				FAVRETTO LTDA				diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	100	01/02/2013	ALCEU LUIZ ROMANINI ME	329,00	329,00	329,00	DESPEZA EMPENHADA REFERENTE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUANDO EM PARTICIPAÇÃO DE CURSO PARA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INÍCIO DO ANO LETIVO 2013 A REALIZAR-SE NOS DIAS 05 E 06 DE FEVEREIRO NA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	240	01/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	97,12	97,12	97,12	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	242	01/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	1.006,27	1.006,27	1.006,27	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	243	01/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	860,68	860,68	860,68	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	244	01/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	468,63	468,63	468,63	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	255	07/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	63,56	63,56	63,56	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	283	13/03/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	1.969,60	1.969,60	1.969,60	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	322	20/03/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	127,13	127,13	127,13	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	345	21/03/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	133,70	133,70	133,70	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura	01 - Receitas de	361	346	21/03/2013	SUPERMERCADO	318,98	318,98	318,98	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Coronel Martins	Impostos e Transf de Impostos: Educação				FAVRETTO LTDA				diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	348	21/03/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	116,20	116,20	116,20	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	445	08/04/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	944,85	944,85	944,85	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	449	08/04/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	361,38	361,38	361,38	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	510	16/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	203,82	203,82	203,82	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	557	29/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	621,76	621,76	621,76	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	718	28/05/2013	DAIANE DE LIMA MARTINS	847,50	847,50	847,50	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 2,5 DIARIAS PARA FLORIANOPOLIS /SC, PARA A SERVIDORA DAIANE DE LIMA ,PARA PARTICIPAR DO II ENCONTRO CATARINENSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CFE RELATORIO DE SOLICITAÇÃO DE DIARIAS EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1242	27/08/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	212,00	212,00	212,00	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1243	27/08/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	841,39	841,39	841,39	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1245	27/08/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	1.008,70	1.008,70	1.008,70	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1248	27/08/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	554,41	554,41	554,41	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Coronel Martins	de Impostos: Educação								Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1472	29/10/2013	DANIELA TESTON	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1473	29/10/2013	DAIANE NARA BELATTO	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1474	29/10/2013	THAIS APARECIDA BURATO	350,00	350,00	350,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1509	14/11/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	515,02	515,02	515,02	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1571	28/11/2013	ANTONIO GILMAR GRACIOLLI - ME	108,00	108,00	108,00	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1610	06/12/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	778,36	778,36	778,36	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	450	08/04/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	936,48	936,48	936,48	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	505	16/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	362,25	362,25	362,25	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	508	16/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	1.964,44	1.964,44	1.964,44	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	554	29/04/2013	Evandro Adelir Goes - ME	347,17	347,17	347,17	PELA DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE BOLO RECHEADO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Martins	Educação								
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	555	29/04/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	158,17	158,17	158,17	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1244	27/08/2013	ALEXANDRA MENEGATTI ME	518,61	518,61	518,61	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1469	29/10/2013	Juliana Molon	100,00	100,00	100,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1470	29/10/2013	Tainara A. Craco	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1471	29/10/2013	ANDRIUS MAY	240,00	240,00	240,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1475	29/10/2013	Aline Spricigo	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1476	29/10/2013	Priscila Silvestre	300,00	300,00	300,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1477	29/10/2013	JOSIANE SMANIOTTO	690,00	690,00	690,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICIPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1507	14/11/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	296,70	296,70	296,70	Aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1619	06/12/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	1.002,09	1.002,09	1.002,09	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1637	11/12/2013	Juliana Molon	50,00	50,00	50,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1638	11/12/2013	Tainara A. Craco	100,00	100,00	100,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1639	11/12/2013	ANDRIUS MAY	240,00	240,00	240,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1640	11/12/2013	DANIELA TESTON	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1543	20/11/2013	Rosso e Triches Doceria Ltda Me	902,50	902,50	902,50	DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE PIPOCA, SALGADINHOS, SUSPIRO, PASTILHA DOCE E DEMAIS DOCES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS COMO SE REFERE A LEI MUNICIPAL Nº618 DE 12/12/13.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1618	06/12/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	755,82	755,82	755,82	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1620	06/12/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	1.313,52	1.313,52	1.313,52	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1641	11/12/2013	THAIS APARECIDA BURATO	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1642	11/12/2013	Priscila Silvestre	150,00	150,00	150,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PAGAMENTO DE TRANSPORTES A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE RESIDEM EM CORONEL MARTINS E ESTUDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CFE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº027, DE 17 DE MAIO DE 2011.
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1643	11/12/2013	Dalla Valle Real Com. de Utensilios Domest. Ltda.	4.546,00	4.546,00	4.546,00	PELA DESPESA EMPENHADA PARA AQUISIÇÃO DE BOLA DE FUTEBOL, ROUPA PAPAÍ NOEL, SACO PARA PRESENTE E DEMAIS BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS COMO SE REFERE A LEI MUNICIPAL Nº618 DE 12/12/13.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	1674	17/12/2013	SUPERMERCADO	2.220,42	2.220,42	2.220,42	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Coronel Martins	Impostos e Transf de Impostos: Educação				FAVRETTO LTDA				manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Coronel Martins	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1681	17/12/2013	SUPERMERCADO FAVRETTO LTDA	1.393,69	1.393,69	1.393,69	Pela despesa empenhada referente aquisição de merenda escolar, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal deste Município para o exercício de 2013 (Licitação Nº : 3/2013-PR)
<b>TOTAL</b>						<b>43.087,90</b>	<b>43.087,90</b>	<b>43.087,90</b>	

### Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			VALOR AJUSTADO (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES			Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
Aumenta		Diminui							
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
16	565,86	0,00	0,00	565,86	0,00	0,00	0,00	565,86	Superávit
17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
19	8.598,26	0,00	0,00	8.598,26	376,24	0,00	0,00	8.222,02	Superávit
22	5,26	0,00	0,00	5,26	0,00	0,00	0,00	5,26	Superávit
23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
24	214,30	0,00	0,00	214,30	0,00	0,00	0,00	214,30	Superávit
44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
47	-0,01	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,01	Déficit
49	-606,21	0,00	0,00	-606,21	0,00	0,00	0,00	-606,21	Déficit
50	-3.256,08	0,00	0,00	-3.256,08	0,00	0,00	0,00	-3.256,08	Déficit
52	46.524,27	0,00	0,00	46.524,27	0,00	0,00	0,00	46.524,27	Superávit
54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
58	5.515,40	0,00	0,00	5.515,40	0,00	0,00	0,00	5.515,40	Superávit
60	5.098,95	0,00	0,00	5.098,95	0,00	0,00	0,00	5.098,95	Superávit
61	2.489,11	0,00	0,00	2.489,11	0,00	0,00	0,00	2.489,11	Superávit



FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
		Aumenta	Diminui						
62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227.780,00	-227.780,00	Déficit
63	-5.113,80	0,00	0,00	-5.113,80	0,00	0,00	0,00	-5.113,80	Déficit
64	77.539,53	0,00	0,00	77.539,53	313,97	0,00	0,00	77.225,56	Superávit
65	596,99	0,00	0,00	596,99	0,00	0,00	0,00	596,99	Superávit
66	16.748,09	0,00	0,00	16.748,09	0,00	0,00	0,00	16.748,09	Superávit
67	5.997,53	0,00	0,00	5.997,53	0,00	0,00	0,00	5.997,53	Superávit
70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
89	769,38	0,00	0,00	769,38	0,00	0,00	0,00	769,38	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>							<b>-236.756,10</b>		
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
0	102.247,20	0,00	0,00	102.247,20	18.450,80	33.636,21	0,00	50.160,19	
1	35.812,86	0,00	0,00	35.812,86	3.247,63	39.017,91	0,00	-6.452,68	
2	112,88	0,00	0,00	112,88	0,00	0,00	0,00	112,88	
<b>T.</b>	<b>138.172,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>138.172,94</b>	<b>21.698,43</b>	<b>72.654,12</b>	<b>0,00</b>	<b>43.820,39</b>	<b>Superávit</b>